

A igreja matriz de Santiago do Iguape: presença cenográfica barroca à beira da Baía do Iguape, no Recôncavo Baiano

The parish church of Santiago do Iguape: a Baroque scenographic presence on the edge of Iguape Bay, in the Recôncavo Baiano

*Jamile Lima*¹

*Rodrigo Espinha Baeta*²

Resumo

Numa comunidade remota, à beira da Baía do Iguape, na região do Recôncavo Baiano, surge um monumento totalmente singular por sua grandiosidade, por sua implantação majestosa, por suas proporções equilibradas, por sua trama elegante e erudita: a Igreja Matriz de Santiago do Iguape. É tocante como sua unidade arquitetônica exibe soluções tipológicas, compositivas, volumétricas, formais, espaciais que muito se aproximam de uma série de igrejas paroquiais e de irmandades da Salvador colonial. Esta constatação evidencia a indiscutível influência cultural e econômica que a capital baiana detinha no último quartel do século XVIII (época provável do início da construção do templo) como referência política e cultural para a classe dominante rural – em relação aos centros econômicos açucareiros que viriam a bancar a construção da igreja sede da Freguesia de Santiago do Iguape. Contudo, enquanto as igrejas paroquiais e de irmandade de Salvador despontavam como expressivos acontecimentos cenográficos lançados no denso núcleo urbano barroco, a transposição contemporânea de seu esquema compositivo para a Matriz de Santiago desvela, em sua sublime e dramática implantação nas margens da baía, o desejo barroco de exaltação de poder da então classe dominante rural. A partir da abolição da escravidão a sede paroquial passa a atender as comunidades quilombolas locais. São estes grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra

¹ Arquiteta e a urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Mestranda pelo Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE UFBA)

² Coordenador do Grupo de Pesquisa, certificado pelo CNPQ, “BIA – Barroco Ibero-Americano: Arquitetura e Cidade”. Faculdade de Arquitetura (FAUFBA); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU UFBA); Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE UFBA).

rural – descendentes daqueles escravizados que trabalharam nos antigos e abandonados engenhos de açúcar –, que usufruem, apoiam e sustentam a Freguesia e a Igreja Matriz de Santiago do Iguape hoje.

Palavras-chave: Arquitetura Religiosa, Santiago do Iguape, Barroco

Abstract

In a remote community, on the edge of Iguape Bay, in the Recôncavo Baiano region, stands a monument that is totally unique due to its grandeur, its majestic relationship with its surroundings, its balanced proportions, and its elegant and erudite structure: the Parish Church of Santiago do Iguape. It is touching how its architectural unity displays typological, compositional, volumetric, formal, and spatial solutions that are very similar to a series of parish and brotherhood churches in colonial Salvador. This finding highlights the undeniable cultural and economic influence that the capital of Bahia held in the last quarter of the 18th century (the probable time when the construction of the temple began) as a political and cultural reference for the rural ruling class – in relation to the sugar-growing economic centers that would finance the construction of the church, a central reference for the Parish of Santiago do Iguape. However, while the parish and brotherhood churches of Salvador emerged as expressive scenic events set in the dense Baroque urban center, the contemporary transposition of their compositional scheme to the Santiago Parish Church reveals, in its sublime and dramatic implantation on the banks of the bay, the Baroque desire to exalt the power of the sugar mill owners. After the abolition of slavery, the parish church began to serve the local quilombola communities. It is these ethnic groups, predominantly made up of the rural black population – descendants of those enslaved people who worked in the old and abandoned sugar mills – who benefit from, support and sustain the Parish of Santiago do Iguape today.

Keywords: Religious Architecture, Santiago do Iguape, Baroque, Baroque.

A Igreja Matriz de Santiago do Iguape, que domina o distrito de mesmo nome – pequeno aglomerado urbano pertencente ao município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, a cerca de 110 km de Salvador –, encontra-se assentada, de forma excepcional, à beira da Baía do Iguape, para a qual se volta sua fachada principal. Constitui monumento de excepcional interesse para a arquitetura religiosa devido a diversas peculiaridades que o tornam singular para a época do

Brasil colônia (especificidades que serão analisadas no decorrer deste artigo), mas também em função da sua condição de importante representante de um dos períodos de maior pujança econômica e social pela qual a região passou. Tombado em 1960 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o edifício é reconhecido como importante exemplar da arquitetura religiosa de origem setecentista na Bahia. Passados mais de dois séculos do início de sua construção, a igreja mantém sua integridade tipológica – embora tenha sofrido intervenções, por vezes desastrosas, ao longo dos últimos anos.

A BAÍA DO IGUAPE

O termo Iguape – que tem origem na língua Tupi (Y-gua-pe), e cujo significado é “no seio d’água” – caracteriza a bacia localizada antes do desague da foz do Rio Paraguaçu na Baía de Todos os Santos (Figura 1). Já em 1587, o historiador e cronista português, Gabriel Soares de Sousa (1897, p, 132), refere-se à baía, no *Tratado Descritivo do Brasil*³, como “[...] um recôncavo de três léguas, cousa mui formosa, a que chamam Uguape”. O autor menciona ainda à grandeza do Rio Paraguaçu, “[...] por o qual entra a marè, que sobe por elle acima seis léguas” (Sousa, 1879, p. 131). Na verdade, a relevância desse rio já era reconhecida no início do século XVI, quando os franceses utilizavam suas águas para o contrabando de pau-brasil. Nos séculos seguintes, sua importância se ampliou, tornando-se uma via estratégica para a ocupação do interior do Brasil.

³ Trata-se de importante documento descritivo da América Portuguesa do século XVI, onde são relatadas, de forma meticulosa, a geografia e etnografia, especialmente da Bahia.



Figura 1. *Kaart van Bahia de Todos os Sanctos.* Mapa holandês da Baía de Todos os Santos confeccionado e publicado por Joan Blaeu, Frans Post e Georg Marcgraf, entre 1640 e 1665, muitos anos depois da breve ocupação holandesa da região, nos anos de 1624 e 1625. Abaixo, à esquerda, aparece o mapa da cidade de Salvador, capital da colônia na ocasião da conquista do território pelos holandeses. Destacamos, em amarelo, a região do estuário do Rio Paraguaçu e da Baía do Iguape, a noroeste da Baía de Todos os Santos. Fonte: Joan Blaeu, Frans Post, Georg Marcgraf (1640-1665)⁴.

O Livro de Tombo da Freguesia de Santiago do Iguape⁵, aberto em 1915, contém relatos referentes a dados históricos ancestrais da paróquia, escritos a mão pelos próprios párocos. Entre estes registros, é possível encontrar diversas citações relacionadas aos aspectos físicos da Baía do Iguape:

A magnífica região da Bahia do Iguape, de que até aqui nos temos ocupado, estudando-lhe a história e as bellezas naturaes dos seus arredores, leva-nos agora a recolher mais algumas notas interessantes sobre seu esboço geológico, servindo-nos do que a respeito escreveu o

⁴ Wikimedia Commons. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AMH-7747-KB_Map_of_Bahia_de_Todos_os_Sanctos.jpg>

⁵ Registro cedido pelo Padre Adeilson Pugas Milhazes em 2024, pároco então responsável pela Igreja Matriz de Santiago do Iguape.

Dr. Theodoro Sampaio⁶: Na verdade do ponto de vista geológico a Bahia de Iguape é uma secção da Bahia de Todos os Santos. O mesmo phenomeno sísmico que produziu uma, produziu a outra. [...] A Bahia de Iguape não é, pois, como pensam alguns geógraphos, um braço do Paraguassu; ao contrário disso, é ella uma secção da Bahia de Todos os Santos, ligada a esta pelo braço de mar que vae da Ponta do Alambique à Ilha dos Francezes, secção ou prolongamento, onde o Rio d'Água Doce desemboca. (Freguesia de Santiago do Iguape, 1915)

Esta baía, em torno da qual está localizada a sede do município de Maragogipe e as comunidades de Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, faz parte da região denominada Recôncavo Baiano, que passou por diversas configurações físicas e econômicas ao longo da sua ocupação desde o início do século XVI. No período do Brasil colônia, o Recôncavo Baiano foi palco de grande prosperidade econômica devido à posição geográfica e fertilidade das suas terras, e chegou a abranger toda a região em volta da Baía de Todos os Santos, indo na direção do interior até a Chapada Diamantina. Após diversos desmembramentos e entre ciclos econômicos que intercalaram períodos de pujança e decadência, se manteve em significativo isolamento a partir da segunda metade do século XX, em especial nas áreas próximas ao estuário do Paraguaçu, região onde fica localizada a comunidade de Santiago do Iguape.

Essa mesma região, que por sua localização geográfica abriga incontestáveis belezas naturais, concentra também um rico patrimônio cultural resguardado principalmente por comunidades quilombolas que, remanescentes dos antigos engenhos, ainda lutam por regularização fundiária das terras originalmente ocupadas pelas antigas fazendas da região, enquanto mantém viva a cultura e o modo de viver do recôncavo rural. A comunidade de Santiago do Iguape, com sua monumental igreja matriz, configura-se hoje como um destes importantes assentamentos quilombolas. O isolamento econômico da Baía do Iguape, ao longo do tempo, propiciou a essas comunidades o desenvolvimento de atividades vinculadas aos ecossistemas locais, uma vez que a maior parte dos

⁶ Theodoro Fernandes Sampaio foi um engenheiro, geógrafo, escritor e historiador baiano, nascido em Santo Amaro, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

moradores são pescadores e marisqueiros, além de pequenos produtores de agricultura de subsistência, contexto que a manteve como uma das regiões mais preservadas da Baía de Todos os Santos (Figura 2).



Figura 2. Detalhe do citado mapa holandês da Baía de Todos os Santos, destacando a região do estuário do Rio Paraguaçu e da Baía do Iguape. O ponto amarelo (indicação nossa) marca a localização aproximada da Freguesia de Santiago do Iguape. O mapa seiscentista é um pouco falho em seu desenho e escala, o que impossibilita a indicação precisa da povoação. *Fonte: Joan Blaeu, Frans Post, Georg Marcgraf (1640-1665)*⁷.

O processo de ocupação da área

A ocupação inicial da Bacia do Iguape esteve diretamente ligada a um projeto político de implantação e desenvolvimento da agroindústria açucareira em meados do século XVI, através de incentivos e proteção da Coroa, no intuito de fomentar o monopólio de Portugal no mercado europeu. Aliado a isso, a

⁷ Wikimedia Commons. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AMH-7747-KB_Map_of_Bahia_de_Todos_os_Santos.jpg>

presença da instituição religiosa, representada inicialmente por uma primitiva redução jesuítica fundada em 1561, teve fundamental importância na propagação da cultura cristã sobre os povos indígenas que habitavam o local.

Esse processo inicial de catequização dos povos originários, denominados de gentios, embora bem-sucedido num primeiro momento, não obteve êxito a longo prazo, de forma que, na ocasião da expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, a população indígena, seja por embates, epidemias ou suicídios, já havia sido praticamente dizimada da região. O fato é que atualmente não se tem informações da presença de remanescentes indígenas no local, e embora tal etnia esteja geneticamente representada nas comunidades quilombolas, ainda há pouco registro desse processo histórico.

Os conflitos decorrentes da ocupação de terras na região do Recôncavo, assim como em toda a colônia, já vinham ocorrendo desde antes da chegada dos jesuítas. Na verdade, a vinda dos religiosos na comitiva de Tomé de Souza na ocasião da fundação da cidade de Salvador foi, de certa forma, a última tentativa de consolidação do espaço com a dominação dos povos autóctones antes da chegada massiva de escravizados negros – utilizados predominantemente e preferencialmente nas lavouras açucareiras. Antes disso, guerras já haviam sido travadas e aldeamentos formados por toda faixa litorânea das capitânicas.

A implantação desses antigos núcleos de povoamento em torno da Baía de Todos os Santos teve, além da finalidade de ocupação, também o objetivo da defesa do território conquistado pelos lusitanos. Para isso, as paróquias instituídas pela Igreja e legitimadas pela Coroa definiam a organização territorial e administrativa do Recôncavo, assim como de toda a colônia, durante os dois primeiros séculos. A criação das freguesias primitivas, aliada à promoção das antigas capelas à condição de igrejas paroquiais – caso da Matriz de Santiago do Iguape –, determinaria a delimitação e ampliação dos arraiais já existentes, geralmente localizadas nas imediações de ancoradouros ou em torno dos engenhos (Azevedo, 2009, 2021).

Isso porque, desde o início da ocupação portuguesa, a localização estratégica do Recôncavo possibilitava a interligação da capital da colônia, Salvador, ao seu interior, por meio de um sistema de transporte hidroviário. Além disso, a fertilidade dos terrenos que margeavam a baía, especialmente nas proximidades do Rio Paraguaçu, favorecia a instalação de um complexo agroindustrial açucareiro. A região da Bacia do Iguape, com a predominância do solo massapê, constituiu então o trecho ideal para a exploração dessa monocultura, que por muito tempo foi a base da economia colonial. O Professor Paulo Ormino de Azevedo demonstra o contexto da época:

No início, eram os tapuias em volta da baía, depois surgiu a povoação do Pereira (1536) e a partir de 1549 a cidade do Salvador. A partir de 1559, os portugueses ampliam seu domínio territorial através de duas guerras contra os índios e os expulsam de parte dos vales de Jaguaripe e Paraguaçu para ali introduzirem a cana-de-açúcar.

Menos de quatro décadas depois da fundação de Salvador, Gabriel Soares de Souza contava no Recôncavo 16 freguesias, 62 igrejas, 3 mosteiros de religiosos, 8 casas de cozer meles, 36 engenhos moentes e correntes, dos quais 15 eram movidos por bois. Outros quatro engenhos estavam sendo construídos e a produção de açúcar ultrapassava as 120.000 arrobas. No final do século XVI, o rio Paraguaçu, desde o lagamar do Iguape até o seu trecho encachoeirado, estava povoado em ambas as margens (Azevedo, 2011, p. 208).

Além da implantação dos engenhos de açúcar, outras atividades agrícolas foram importantes para a manutenção da crescente população local e da capital que acabava de se formar. Em áreas inadequadas para o cultivo da cana foi implantada a indústria fumageira, cuja produção era utilizada como moeda de troca pela mão de obra escravizada. A criação de gado ocorreu em regiões mais afastadas da borda, servindo tanto para o consumo regional da carne quanto para fornecer força de tração aos engenhos. Além disso, o cultivo de mandioca e outras pequenas plantações se estabeleceu na região, com a produção sendo escoada pelo Rio Paraguaçu até o porto de Salvador. Assim, toda uma rede operacional ligada à produção agrícola e ao transporte marítimo funcionaria na região por cerca de três séculos, tornando-a uma das áreas mais promissoras da colônia.

Embora tenha havido outras atividades produtivas, a economia açucareira, entre períodos de ascensão e declínio, representou a principal fonte de lucros para Portugal até o século XVIII, sendo a região do Recôncavo Baiano a zona de maior concentração dessa produção, superando, em alguns períodos, a produção de Pernambuco. Fatores como facilidade na aquisição de equipamento e da mão-de-obra escravagista, aliados a outros como a presença do solo massapê em estratégica localização, que favorecia o escoamento da produção, fizeram com que essa atividade funcionasse com um nível de aprimoramento de uma indústria multinacional:

A agroindústria açucareira implantada no Recôncavo e em Pernambuco, ainda na segunda metade do século XVI, é talvez a primeira empresa multinacional. Ali se juntaram capitais flamengos, tecnologia italiana, logística portuguesa, mão-de-obra africana, produção brasileira e comercialização holandesa na Europa. Não menos complexas eram as instalações para a produção do açúcar para o mercado internacional (Azevedo, 2011, p. 239)

A freguesia de Santiago do Iguape

No contexto da Baía do Iguape e do Recôncavo Baiano, a comunidade e a Paróquia de Santiago do Iguape aparecem como um pequeno povoado de pescadores e agricultores quilombolas, pertencente ao município de Cachoeira, dentro do que hoje constitui o Território de Identidade do Recôncavo⁸. Considerada a mais antiga da região e onde os primeiros engenhos do Recôncavo foram implantados, a freguesia foi uma espécie de entreposto para o entorno

⁸ O estado da Bahia adotou em 2010 uma nova forma de divisão administrativa do Estado, denominada Território de Identidade, através do Decreto Estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, seguido pela Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que lhe revogou parcial e tacitamente. O que hoje reconhecemos como território de identidade do Recôncavo Baiano ocupa uma área de 4.614km² de extensão, distribuídos entre 19 municípios, abrangendo as bacias hidrográficas do Recôncavo Norte, Paraguassu e Recôncavo Sul, incluindo a Baía do Iguape e parte da Baía de Todos os Santos.

Conferir:

https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=265&lang=pt# Acesso em: 23 jul. 2024.

rural, região modelo para as atividades da agroindústria açucareira de exportação.

Segundo Barickman:

Junto com a Zona da Mata pernambucana, o Recôncavo destacava-se como uma das regiões da agricultura de *plantation* mais antigas e mais importantes do Brasil. A produção de açúcar no Recôncavo remontava a meados do século XVI; e, no início do século XIX, os engenhos da região forneciam talvez a terça parte de todo o açúcar exportado pelo Brasil. Nessa época, Santiago do Iguape, onde os primeiros engenhos foram construídos no final do século XVI, já era conhecido como uma das freguesias açucareiras mais ricas e mais produtivas da Bahia (Barickman, 2003, p. 86).

O povoamento de Santiago do Iguape surgiu com a implantação de um aldeamento jesuítico em 1561 e a fundação da primeira ermida nas terras do engenho de São Domingos da Ponta. Ainda no final deste século, é instituída a primeira freguesia da capitania, a princípio, com sua sede na primitiva igreja que viria a receber a sanção canônica de Matriz de Santiago do Iguape em 1608⁹. O novo *status* de paróquia permitiu a ascensão de toda a região, possibilitando, além de acesso perpétuo em relação à assistência religiosa, o reconhecimento mais efetivo da localidade perante o Estado. A oficialização da igreja matriz também afiançou a delimitação de um termo de domínio para a freguesia (Marx, 1994), entorno geográfico que abrangia a rica região produtora de açúcar da Baía do Iguape – com dezenas de poderosos e influentes engenhos.

Ao final do século XVII, a recém-criada freguesia de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, fundada nas terras da família Adorno, é elevada a condição de vila; em 1837, por uma necessidade de controle fiscal e político, é determinada a fundação da cidade de Cachoeira – da qual se torna distrito a então freguesia de Santiago do Iguape. O estabelecimento da navegação regular a partir de Salvador e o fato de ser o ponto extremo navegável do Paraguaçu a partir da Baía de Todos os Santos, conferiu a Cachoeira a função de empório comercial para o sertão, fazendo com que a localidade se tornasse transbordo entre a via

⁹ A freguesia viria a receber esse nome devido ao proprietário do engenho, Antônio Lopes Ulhoa, ser Cavaleiro da ordem de Santiago de Compostela.

fluvial e a terrestre. Esse privilégio, porém, não estava restrito apenas à Cachoeira:

Gabriel Soares, em 1575, informa que “[...] o serviço dos engenhos fazia-se todo por mar: cada engenho possuía quatro embarcações: mil e quatrocentos se poderiam facilmente ajuntar se o serviço real as reclamasse [...]”. Durante quase três séculos, as embarcações constituíam o único meio de transporte. Em 1775, um levantamento nos dá conta da existência de pelo menos 2.148 embarcações de vários tipos e 4.000 marinheiros. Além de Salvador, era possível aos grandes barcos ancorar na Baía de Aratu e no lagamar do Iguape (Azevedo, 2021, p.228).

Logo, devido à concentração e proximidade dos engenhos de açúcar, a comunidade de Santiago do Iguape funcionava também como uma vila portuária para a chegada dos africanos que trabalhariam nas fazendas locais, assim como para o escoamento da produção para a capital. Embora a região tenha vivido uma considerável expansão no início do século XIX, favorecida por uma conjuntura internacional que provocou a valorização do produto brasileiro, os terrenos de “borda d’água”, que pertenciam aos grandes engenhos, começaram a apresentar sinais de esgotamento com as dificuldades para encontrar a lenha para as suas fornalhas – além das questões de sucessão e herança que complicavam também a produção. Surgiram, assim, engenhos menores situados mais para o interior do território do Recôncavo, fundados por descendentes dos velhos senhores de engenho. Além da produção do açúcar, estas novas unidades agroindustriais serviam à criação de gado e à cultura de subsistência (Azevedo, 2011).

O século XIX foi marcado também por lutas políticas e revoltas de escravizados, assim como diversos outros acontecimentos – como períodos de seca e epidemias – que acabaram por deflagrar uma crise irreversível para economia açucareira. Além disso, o novo fluxo ferroviário e rodoviário de transporte acabou por isolar a comunidade de Santiago do Iguape dos novos centros sociais e políticos, enquanto os núcleos comerciais se deslocaram para outras cidades de entroncamento. Esse processo de declínio da economia açucareira foi ainda agravado com a abolição da escravidão, pois a força de trabalho do escravizado africano constituía a base da produção nas usinas. Uma

parte desses trabalhadores se deslocaria para centros urbanos maiores, principalmente Cachoeira e Salvador; mas a outra parte, sem perspectiva de refazer a vida em um lugar distinto, acabaria se mantendo em áreas próximas dos engenhos desativados, se organizando, por vínculos familiares e de territorialidade, com aquelas localidades da Baía do Iguape (como a Freguesia de Santiago), configurando o que hoje reconhecemos como comunidades quilombolas. (Barickman, 2003)

A igreja matriz de Santiago do Iguape

A implantação da primeira redução jesuítica de Santiago do Iguape data de 1561, conforme já mencionado anteriormente. Embora não tenham sido encontrados documentos que justifiquem a escolha do local para instalação da antiga ermida, sabe-se que os primeiros aldeamentos jesuíticos tinham a finalidade de pacificação e catequização dos indígenas, obedecendo desta forma, certas peculiaridades para a implantação desse núcleo inicial. Essa ocupação, que receberia a denominação de arraial, se configuraria como a primeira manifestação a romper o ambiente rural e os domínios agrários, criando um núcleo de convívio social centralizado na igreja recém-instalada, e obedecendo as determinações eclesiásticas ali representadas pela Ordem de Jesus.

Ainda que não haja registros históricos da implantação desta primeira capela, é provável que, diferentemente da matriz atual – voltada diretamente à Baía do Iguape (à noroeste) –, ela tivesse uma orientação contrária (a sudeste), com sua fachada principal direcionada ao interior, de modo a formar uma praça ou terreiro, de onde se poderiam desenvolver as atividades evangelizadoras e as obrigações religiosas. Acreditamos que essa configuração, apontada por alguns autores como um padrão no sistema de ocupação dos jesuítas – implantada em outras inúmeras reduções coloniais –, pode ter sido aplicada no aldeamento do Iguape.

Passado o primeiro momento de dominação e pacificação dos indígenas, com o estabelecimento do núcleo religioso estava instalada a povoação. Contudo, já no final do século XVI, o arraial é elevado à condição de freguesia, constituindo um termo que abrangia uma extensa área dominada por engenhos e outras culturas agrícolas. Para que o povoado jesuítico desse lugar a uma paróquia, em 1608, menos de meio século depois da construção da primitiva ermida, a igreja erguida pelos jesuítas – provavelmente renovada ou reconstruída – recebe sanção canônica e vem a se tornar a Igreja Matriz de Santiago do Iguape, permanecendo como o edifício sede dessa freguesia até o final do século XVIII, quando inicia um processo de arruinamento que demanda a construção de um novo templo.

É admissível que a primeira capela – que dominou o aldeamento jesuítico do Iguape até ser promovida à igreja matriz – tenha sido edificada provisoriamente com materiais encontrados no local: uma construção em pau-a-pique, taipa de pilão ou adobe, coberta com folhas de palmeiras ou outra técnica primitiva – como era comum na ereção das primeiras ermidas das reduções jesuíticas (Bazin, 1956). Devido a utilização de materiais pouco resistentes e mão-de-obra não especializada, essas construções eram constantemente arruinadas e substituídas.

Assim, não é improvável que a paróquia criada no início do século XVII já contasse com uma igreja mais robusta e bem construída, fruto da reforma e ampliação da primitiva ermida, ou mesmo da construção de um novo templo no mesmo lugar do antigo edifício jesuítico – mais sólido, mais nobre, levantado com tecnologia superior (edifício consagrado como igreja matriz em 1608). Mas mesmo este robusto templo teria entrado em arruinamento no século XVIII, o que teria levado à ereção de uma nova igreja para acolher a sede paroquial. O Livro do Tombo da Freguesia assim descreve o processo de construção do novo templo:

A primitiva Igreja Matriz, pela sua antiguidade, arruinando-se insuficiente para os habitantes, foi mister substituí-la por outra de maiores proporções, afim de atender às necessidades dos officios religiosos. Em data que não sabemos ao certo, mas que, segundo a tradição, deve estar nos primeiros annos do século passado, começou a

edificar-se, à entrada do porto, uma nova igreja, que é actualmente a que serve de matriz. São por demais conhecidos os sentimentos religiosos da Bahia, e por isso foi sempre objecto de assídua solicitude dos poderes públicos, no regime do império, a causa sagrada da religião. A simples resenha dos actos officiais sobre esse assumpto não deixa a mínima dúvida, pois ali estão os dispositivos legislativos¹⁰ que proporcionavam os vigários recursos precisos para a compra de alfaías, reparos e construcção de matrizes. (Freguesia de Santiago do Iguape, 1915)

O edifício da atual matriz teria sua construção iniciada, em data não conhecida, entre o último quartel do século XVIII e início do XIX, para substituir o primitivo templo que então acolhia a condição de sede da freguesia.

A implantação do edifício

Inicialmente, o que há de mais impactante na igreja é a sua implantação – bastante incomum para uma sede paroquial – a beira rio, de frente para a Baía do Iguape. Na verdade, era de se esperar que uma igreja matriz estivesse voltada para a sua comunidade – para o aglomerado urbano –, tendo o seu adro configurado como uma praça urbana ocupada por residências, como era de praxe nas freguesias. Como já foi debatido, essa poderia ser orientação da primitiva capela jesuítica (de frente para o aldeamento e de costas para o curso d’água) – uma configuração que era também a mais comum e lógica para a relação das igrejas matrizes com as suas freguesias. No entanto, a igreja pode ter sido reorientada em direção ao rio quando se tornaria a sede da Freguesia de Santiago do Iguape, ou na ocasião de sua reconstrução ao final do século XVIII ou início do XIX, quando alcançaria sua atual feição (Figuras 3-5).

¹⁰ Os dispositivos legislativos à que o livro se refere vem das antigas Assembleias Provinciais, criadas em 1834, com capacidade deliberativa de legislar sobre a organização civil, judiciária e eclesiástica de suas circunscrições.



Figura 3: Foto área da Freguesia de Santiago do Iguape na qual se destaca a monumental igreja paroquial na borda d'água, voltada de frente para a Baía do Iguape. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 4. Foto área da Igreja Matriz de Santiago do Iguape. A igreja desponta com a sua fachada principal voltada de frente para o rio, e seu volume disposto de costas ao povoado. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 5. Foto área da Igreja Matriz de Santiago do Iguape voltada de costas para o povoado. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 6. Foto área da Fachada principal da Igreja Matriz de Santiago do Iguape. Nota-se o pequeno adro com calçamento e com a cruz assentada no eixo central da fachada, bem como o suave talude gramado que termina nas margens do rio. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.

Também é significativo o fato da igreja matriz possuir apenas um ínfimo adro à frente, com uma pequena cruz adossada em seu eixo central. Este adro é configurado por um terrapleno de pouco mais de 5 metros de extensão – hoje com calçamento de paralelepípedo –, logradouro que se apresenta como uma via de acesso à igreja, que contorna a fachada lateral esquerda e a frontaria, a partir da rua de acesso ao ancoradouro. Este pequeno espaço plano diante do templo é sucedido por um baixo e suave talude gramado que desce para as margens do rio. Ou seja, para além da matriz estar de costas para o povoado – para a sede de sua freguesia –, o templo não possui um átrio significativo à frente que permita o mínimo ajuntamento de pessoas – que acabam se reunindo na praça que se abre à direita da matriz, que também acomoda um cruzeiro mais antigo (Figura 6).

A despeito disso, a implantação da igreja oferece panoramas inebriantes para aqueles que, até poucas décadas, chegavam ao povoado pelo rio: quando os moradores, visitantes e viajantes acercavam-se, quase que exclusivamente, através do transporte hidroviário desde a Baía de Todos os Santos, ou percorrendo os cursos d'água das regiões do Rio Paraguaçu e da Bacia do Iguape – antes da abertura dos acessos rodoviários à Santiago do Iguape. Os panoramas distantes ou aproximados da igreja monumental, assentada às margens do rio, ligeiramente elevada acima do talude que sustenta o pequeno adro (que, por sua dimensão ínfima, favorece a vista aproximada da igreja desde a baía), com sua fachada principal voltada para a Baía do Iguape, é uma potente experiência cenográfica que revela um imenso esforço de teatralidade vinculado a um sólido sentido poético barroco (Figuras 7-8). Entre mangues que se espraiam na margem oposta da baía, e o verde das suaves e sinuosas elevações que passam por detrás do povoado, e que servem de pano de fundo para a imagem impactante da igreja, o rio exibia o monumento ao viajante ou ao frequentador habitual (Figura 9).

Suas elegantes torres; suas proporções equilibradas e impecáveis; a sequência dos diversos vãos abertos na fachada principal (cinco portas no térreo, cinco janelas na altura do coro, além das aberturas em arcos plenos que vazam

pelos quatro lados dos dois campanários, e que acolhiam os sinos da igreja); a modenatura arquitetônica do Barroco Tardio e do Rococó e as elegantes decorações em baixo-relevo aplicadas nas cercaduras das portas e janelas (especialmente nas sobrevergas); o destaque dado ao eixo central da fachada através da elevação maior do vão da porta central e da ornamentação mais profusa que ela recebe; as movimentadas terminações bulbosas revestidas por embrechamentos cerâmicos do coroamento das torres; o rigoroso enquadramento do frontispício e das torres por ordens toscanas que sustentam um poderoso entablamento reto, ininterrupto – todos estes artifício compositivos sublevam o cenário dramático e monumental que se desvela na imagem capturada desde a Baía do Iguape: o corpo alvo da fachada principal da matriz em forte contrastes com as suaves colinas verdes que se desenham ao fundo da paisagem (Figura 10).



Figura 7. Matriz de Santiago do Iguape à frente de sua freguesia, voltada para a Baía do Iguape.
Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 8. Panorama da Freguesia de Santiago retirado desde a Baía do Iguape. Nota-se o contraste da fachada alva da matriz, que domina o povoado, com as colinas verdes ao fundo.
Fonte: Rodrigo Baeta, 2025.



Figura 9. Matriz de Santiago diante do rio e do manguezal que se estende na outra margem.
Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 10: Imagem impactante de monumental Igreja Matriz de Santiago do Iguape retirada da baía de mesmo nome. Impressiona o equilíbrio das proporções da frontaria da igreja e o tratamento harmônico e erudito da sua trama compositiva. Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2025.



Figura 11. Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu, levantada na segunda metade do século XVII, mais próxima do estuário do Rio Paraguaçu, a poucos quilômetros da Matriz de Santiago do Iguape. Sua inebriante fachada e seu movimentado adro se revelavam diante do espectador que, de barco, se dirigiam ao seu ancoradouro para alcançar sua cenográfica escadaria barroca.

Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2015.

Neste sentido, a Igreja Matriz de Santiago reina absoluta no cenário idílico constituído pela Baía do Iguape, assim como, poucos quilômetros abaixo, o monumental e espetacular conjunto formado pelo Convento e Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu domina incontestavelmente a parte mais larga do Rio Paraguaçu – próximo à sua foz, pouco antes do rio seguir à esquerda, em direção contrária à da Bacia do Iguape, rumo à Cachoeira. A Igreja de Santo Antônio também surge dramaticamente de frente para a borda do rio, com destaque para seu movimentado adro formado por uma sinuosa escadaria que sobe das margens para a igreja – uma das maiores criações arquitetônicas do Barroco brasileiro (Figura 11).

Supomos que a condição singular de implantação da Igreja Matriz de Santiago do Iguape, que acaba atribuindo a ela o papel de protagonista nos panoramas acolhidos a partir da baía, deve-se a um pertinente desejo barroco de

exaltar retoricamente aquele público que teria financiado a construção do novo templo na passagem dos séculos XVIII ao XIX: os senhores de engenho, muitos deles vinculados à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santiago do Iguape, criada em 1754, de onde provinha a maioria das doações para a igreja. Se considerarmos que os engenhos alocados geograficamente dentro do termo da Freguesia de Santiago estavam amplamente distribuídos por todos os lados da Baía do Iguape, parece lógico que os financiadores da nova igreja – os poderosos proprietários escravagistas dos engenhos – apreciassem o fato de que a sua igreja matriz estivesse voltada dramaticamente para a baía, diante de suas propriedades, ou pelo menos aberta ao ingresso dos frequentadores da matriz – que prioritariamente chegariam à freguesia de barco.

Este fato também explicaria a monumentalidade e o caráter erudito da trama arquitetônica e compositiva da sede paroquial diante de uma região e de um povoado supostamente desolados. Ou seja, a classe dominante, a quem, no período colonial, a Igreja atendia, decretou a necessidade da sua matriz se apresentar como uma grande exaltação do poder econômico dos senhores de engenho – nada poderia ser mais Barroco.

Tipologia, planimetria, volumetria

De acordo com o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-SIC), certamente a fonte mais completa de levantamento dos monumentos do estado, a construção da Igreja Matriz de Santiago do Iguape teria se iniciado no primeiro quartel do século XIX (Bahia, 1982). Contudo, o templo apresenta inúmeros indicativos que o aproximam morfologicamente a diversas igrejas baianas edificadas ou reformadas na segunda metade do século XVIII, o que levanta para nós sérias dúvidas se ela não teria sido iniciada, de fato, no último quartel dos setecentos – ou, pelo menos, se o seu projeto não teria sido elaborado antes dos oitocentos.

Em termos de configuração planimétrica, tipológica, volumétrica, espacial, são explícitas as semelhanças deste edifício com inúmeras igrejas paroquiais e de irmandade construídas no século XVIII na capital baiana – como a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo (primeira metade do século XVIII), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (a partir de 1781), a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão (com a sua forma consolidada no último quartel do século XVIII), entre tantas outras.

Todas elas – incluindo a Igreja Matriz do Iguape –, seguem a mesma trama arquitetônica; o mesmo tipo: são templos de nave única; com capela-mor pronunciada ao fundo; arco do cruzeiro separando a nave da capela-mor; coro elevado na entrada da igreja; dois púlpitos laterais; duas torres na fachada principal enquadrando o frontispício; corredores laterais que partem de portas abertas nas torres, tanto ladeando a nave, como flanqueando a capela-mor, onde ganham maior amplitude pelo fato do presbitério ser mais estreito que a nave (ambientes que também poderiam ser denominados de salas laterais); tribunas acima dos corredores e salas laterais; sacristia transversal na parte posterior da igreja, por detrás da capela-mor; consistório acima da sacristia – todos estes elementos espaciais formando, planimetricamente, em seu ajuntamento, um único e cerrado retângulo (Figura 12).

Esta concepção espacial, baseada na planta retangular, que originou a tipologia da Matriz do Iguape e de estas outras igrejas citadas, pode ser compreendida como uma síntese do desenvolvimento tipológico das igrejas seiscentistas e setecentistas de origem lusitana; uma simplificação da composição fundada no somatório de blocos encaixados, trazendo os anexos para dentro do corpo da igreja – formando, assim, uma única figura retangular compactada.

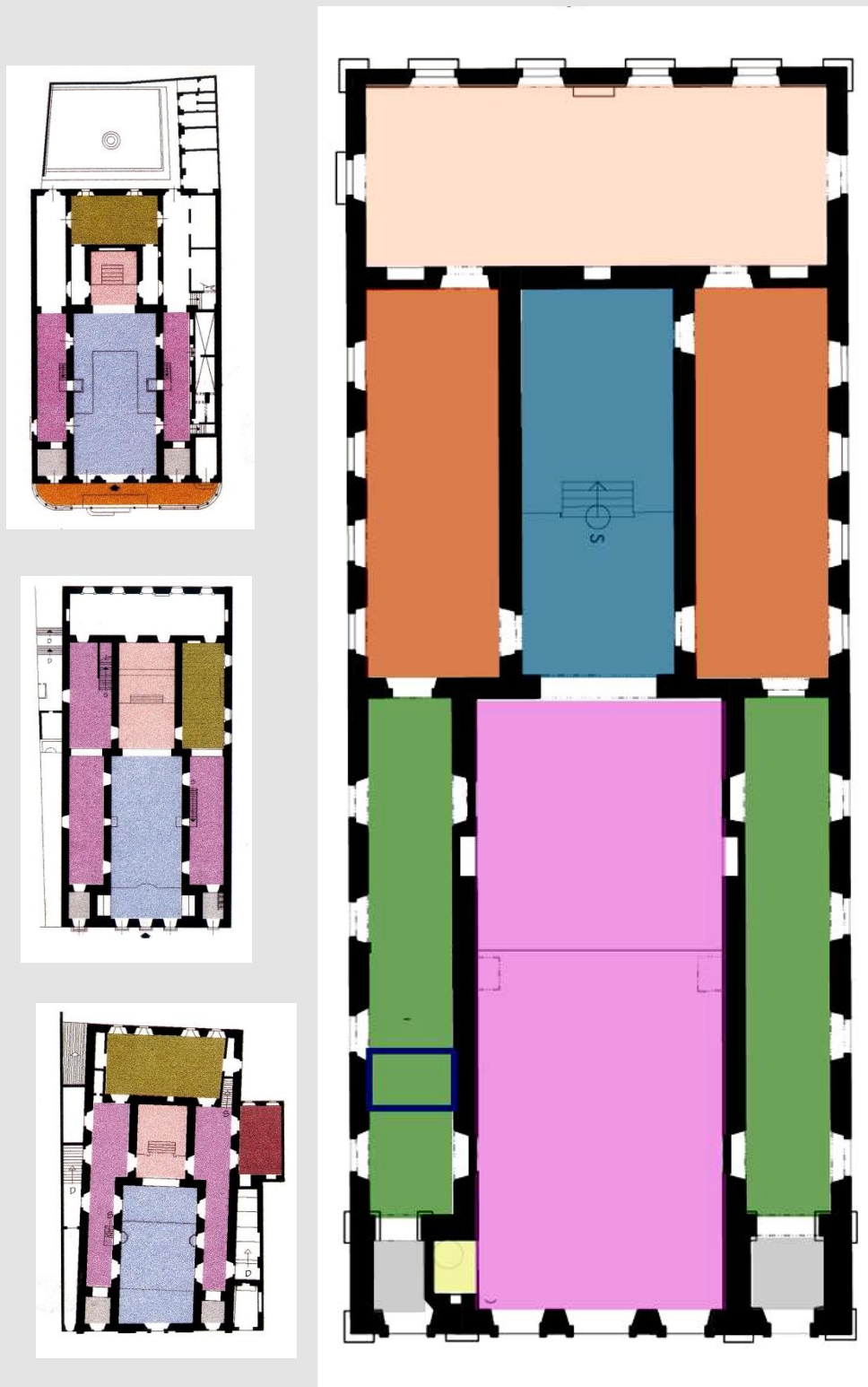


Figura 12: Comparativo entre as plantas do pavimento térreo das igrejas soteropolitanas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (acima); Matriz do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo (ao meio); e Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão (abaixo) – com a Matriz de Santiago do Iguape (à direita). Todas possuem o mesmo agenciamento espacial: nave única com coro elevado na entrada; capela-mor em sequência; corredores laterais que partem das

aberturas nas duas torres e se dirigem até a sacristia posicionada ao fundo; por cima dos corredores laterais, aparecem as tribunas, e acima da sacristia, a sala do consistório. Fonte: Plantas dos térreos das igrejas de Salvador por Martinez (1997, p. 106, 110, 128). Planta do térreo da Igreja Matriz de Santiago do Iguape, por Jamile Lima, 2024.

Segundo o Professo Paulo Ormino de Azevedo, com alguma variação da posição da sacristia, a origem dos corredores laterais nessa tipologia pode ser atribuída à formação das igrejas rurais no Brasil com alpendres laterais¹¹ – posteriormente superpostos por galerias de tribunas e torres sineiras. Em seguida, os corredores laterais destas capelas rurais evoluiriam para o uso do pórtico ou varandas com arcadas (Azevedo, 2011). Com a denominação de igrejas assobradadas, o professor descreve essa evolução:

[...] as igrejas haviam crescido em altura e com ela os alpendres laterais. Como é natural, estendeu-se o coro pelas laterais da nave aproveitando o pé direito elevado dos alpendres e ocupou-se o espaço sobre as sacristias com escritórios e consistório. Em outras palavras, cria-se todo um andar em forma de anel em volta da nave e capela-mor privativo das irmandades. Os alpendres haviam perdido sua função na cidade e pouco a pouco se substituem seus pilares e arcarias por muros portantes para sustentar o sobrado (AZEVEDO, 2011, p. 233-234).

Esses corredores laterais, inicialmente, tinham função de espaços de circulação – e em alguns casos como depósito de andores ou ossuários. Em outras igrejas, especialmente as de peregrinação, essas arcarias laterais se mantiveram abertas para abrigar os fiéis, como na Igreja do Senhor do Bonfim, em Salvador. Embora essa tipologia seja mais comum em áreas urbanas, alguns engenhos do Recôncavo adotaram esse partido em suas capelas, que se tornaram verdadeiras igrejas, como a do engenho Freguesia em Candeias. Também é possível encontrar esse padrão nas capelas rurais de Sergipe construídas a partir de finais do século XVIII, onde a arquitetura religiosa teve destaque com templos em implantação isolada e de caráter monumental (Baeta, Pina Neto, 2022), com

¹¹ O arquiteto e pesquisador Luís Saia atribui a existência dos alpendres nas capelas brasileiras a uma solução tradicional europeia com origem na basílica romana, onde já existiam “adros retangulares quase inteiramente alpendrados”, uma vez que esses alpendres não são uma solução exclusivamente rural no Brasil (SAIA, 1978, p.104).

um contexto relacionado ao ciclo açucareiro muito próximo ao da Matriz de Santiago do Iguape.

Fachada principal

Mais significativa, no entanto, é a semelhança no tratamento das fachadas entre este grande templo, construído em um sítio que nos parece remoto hoje em dia, e outras diversas igrejas coloniais de Salvador. As frontarias são análogas especialmente no que diz respeito: ao lançamento dos vãos; à disposição das torres, do frontão e do enquadramento do frontispício; à modenatura arquitetônica que organiza a frontaria; aos elementos decorativos aplicados nas fachadas que, aliados às marcações da modenatura arquitetônica de cantaria ou estuque, animam as elevações principais dos edifícios; à composição dos campanários e dos seus arremates.

Segundo o arqueólogo e historiador Carlos Ott, a Igreja Matriz de Santiago do Iguape teria especial proximidade compositiva com a Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Salvador – templo concebido em finais do século XVIII, e construído no início do século XIX, em substituição à capela anterior, que se incendiou em 1788 (MARTINEZ, 1997, p. 118). Carlos Ott entendia que elementos de ordenação da fachada do Carmo se aproximavam do frontispício da Matriz do Iguape, razão pela qual o historiador afirmaria ter sido projetada pelo mesmo engenheiro e no mesmo período – ao final do século XVIII:

A matriz de Santiago do Iguape que veio aos nossos dias, apresenta muita semelhança com a igreja da Ordem 3ª do Carmo da cidade de Salvador, razão por que tudo indica ter sido desenhada pelo mesmo engenheiro. [...] Sabemos que, em dezembro de 1788, o engenheiro José Anchieta Mesquita fez a planta do frontispício da Ordem 3ª do Carmo, e, em 1797, o engenheiro Manoel Rodrigues delineou as duas torres e o frontão. A planta do primeiro apresenta formas estilísticas do barroco tardio, a do segundo, principalmente o frontão de linhas neoclássicas, havendo por isso certa discordância estilística que não encontramos na fachada da matriz de Santiago do Iguape, cujo estilo de barroco tardio é uniforme e tão harmonioso que a consideramos uma das melhores fachadas de igrejas que se

edificaram na Bahia. Não hesitamos por isso em afirmar que sua planta foi feita antes da Ordem 3ª do Carmo da Capital baiana, por conseguinte antes de 1788 e toda por José de Anchieta Mesquita e foi construída no último quartel do século XVIII e não no primeiro do séc. XIX, como outros querem, pois o conjunto deste frontispício ainda apresenta o movimento típico do barroco (Ott, 1996, p. 59-60).

Acolhemos o juízo de Carlos Ott de que a Igreja Matriz de Santiago do Iguape deve ter sido projetada ainda no século XVIII e em antecedência à Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Também concordamos que a frontaria do templo apresenta uma trama arquitetônica superior à da Igreja dos Terceiros do Carmo, em sua composição mais elegante e unitária – de fato, prioritariamente vinculado à poética do Barroco Tardio, mas também do gosto Rococó.

Contudo, não compactuamos com a ideia do arqueólogo e historiador, muito celebrada por outros pesquisadores, que professa a relação de proximidade compositiva entre a fachada da matriz com a Igreja do Carmo. Para nós, de fato, são detectáveis pequenas congruências em alguns pormenores, geralmente oitocentistas, vinculados ao renovado gosto neoclássico – pertinentes à data de construção da Igreja do Carmo e ao período de execução de alguns acabamentos e refinamentos da Matriz do Iguape – como por exemplo:

O desenho do frontão da igreja matriz, mais discreto, menos movimento e sinuoso que das igrejas soteropolitanas da segunda metade do século XVIII, tem contorno parecido com o da Ordem Terceira do Carmo – apesar de que na igreja de Salvador o tratamento da empena da frente, todo em cantaria, é bem mais complexo e trabalhado.

Outras semelhanças podem ser encontradas nas vastas decorações de baixo-relevo das sobrevergas, ombreiras e peitoris de todos os vãos da fachada – situação incomum de se encontrar, de forma tão intensa, nas igrejas de Salvador do século XVIII. Em muitos templos ornados ainda nos setecentos, os pormenores escultóricos, quando existentes, se limitam mais à portada principal e, algumas vezes, às aberturas inferiores; quando alcançam as cercaduras das janelas do coro, são mais discretos – caso da Igreja da Ordem Terceira de Santos

Domingos. Contudo, enquanto na Igreja dos Terceiros do Carmo a decoração é mais sóbria e puxa mais para o Neoclassicismo, na Matriz de Santiago é mais movimentada e sinuosa, de gosto fracamente influenciado pelo Barroco Tardio e pelo Rococó.

Se as semelhanças na composição de elementos arquitetônicos são discretas, as diferenças entre as duas são bem mais vastas e expressivas. Vão bem além do fato da Matriz do Iguape apresentar cinco vãos abertos no plano inferior da fachada (duas portas dando acesso direto aos corredores laterais, na altura das torres, e três aberturas dispostas no corpo central do frontispício, voltadas à nave) e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo ter apenas três vãos de acesso (duas portas abertas aos corredores laterais, de ingresso pelas torres, e uma grande porta central, que marca a entrada da nave da igreja).

Em termos de proporção, a Igreja do Carmo apresenta torres muito mais altas em relação ao resto da fachada e muito mais esguias, enquanto a Igreja do Iguape, em seu equilíbrio dimensional, está mais próxima das igrejas de Salvador de finais do século XVIII – em uma composição mais compacta e harmônica.

A Igreja Matriz de Santiago do Iguape apresenta o tradicional frontispício enquadrado pelas ordens toscanas colossais, que marcam os cunhais das torres, e pela linha reta ininterrupta do entablamento, encerrando o retângulo central da frontaria. Já a Ordem Terceira do Carmo tenta inovar, lançando outras duas ordens toscanas colossais no plano do frontispício, separando os três vãos abertos para o coro em panos de paredes verticais e independentes, emoldurados pelas ordens. Apesar de incomum, esta solução adotada na igreja carmelita nos parece infeliz, pois obriga os cinco vãos do pavimento superior a ficarem mais “esbeltos” ao estarem estrangulados pela sequência das seis pilastras toscanas, criando organismos excessivamente verticalizados, abandonando a moderação, a harmonia e o equilíbrio clássico que a Matriz do Iguape – juntamente com as suas equivalentes setecentistas soteropolitanas – acolhe.

Na verdade, toda a composição fica submetida a massivos impulsos verticais: torres mais esbeltas e muito mais altas; sequência de seis pilastras

toscanas colossais se elevando na fachada; espaços dos muros entre as ordens com proporções muito esguias; vãos da altura do coro excessivamente delgados. Esse padrão de verticalidade, base para a concepção arquitetônica dos Terceiros do Carmo, passa longe das proporções que harmonizam horizontalidade com verticalidade da Matriz de Santiago do Iguape.

As duas igrejas apresentam soluções semelhantes de destaque do acesso principal aos edifícios, ao ascenderem a verga curva da porta central acima dos outros vãos da parte inferior da frontaria e ao destacarem as sobrevergas destes vãos com elementos decorativos mais profusos e elevados. Porém, enquanto na Ordem Terceira do Carmo a decoração em baixo relevo, e o tratamento de cantaria da modenatura acima da porta central, avançam acima do limite do peitoril da janela no eixo do coro, se sobrepondo ao tratamento decorativo abaixo do peitoril da janela (solução pesada, deselegante e aparentemente improvisada), na Matriz do Iguape o frontão curvilíneo, que se sobrepõe à decoração da sobreverga da entrada principal, tangencia sutilmente a borda decorativa abaixo do peitoril – solução arquitetônica de grande sentido de elegância (Figura 14).

Nesta direção, entendemos que o tratamento da fachada da Matriz de Santiago do Iguape apresenta mais proximidades, em relação à sua trama arquitetônica, com as igrejas de irmandade e matrizes soteropolitanas cujas frontarias foram levantadas ou reformadas na segunda metade do século XVIII – especialmente as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Figura 13) e da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão –, refutando, mais uma vez, o juízo de Ott.



Figura 13. Comparativo entre as fachadas da Matriz de Santiago do Iguape (à esquerda) e da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Salvador (à direita).
Fonte: Matriz de Santiago do Iguape: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2013.



Figura 14. Comparativo entre as fachadas, apresentadas em escorço, da Matriz de Santiago do Iguape (à esquerda) e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Salvador (à direita).
Fonte: Rodrigo Baeta, 2025, 2013.

Em linhas gerais, elas seguem um mesmo esquema compositivo, variando pormenores: duas torres enquadrando o frontispício; três ou cinco acessos no pavimento inferior, sendo que aqueles vão abertos na base das torres coincidem com os ingressos aos corredores laterais; cinco janelas no piso superior, na altura do coro, vão cujos eixos se encontram alinhados com as portas no nível de acesso; linha que separa o frontispício do frontão conformada por um entablamento reto e ininterrupto, que se estende por toda a fachada, inclusive na altura dos campanários (solução frequentemente superada nas igrejas pernambucanas setecentistas, nas quais a linha inferior do frontão muitas vezes é rompida com suaves ou abruptas curvas); sustentando o entablamento, quatro ordens colossais toscanas dispostas nos cunhais das torres, sendo que duas das pilastras emolduram o frontispício central; frontões recortados e movimentados, com curvas e contracurvas de inspiração rococó (um pouco mais tênue na Matriz do Iguape, como já foi mencionado); torres com coroamentos curvilíneos e acabamentos em cacos de azulejo; dinâmicos elementos em estuque ou pedra que formam as cimalthas das sobrevergas e das ombreiras das portas, das janelas, das cornijas, e o contorno dos frontões; bases para os campanários em forma de paralelepípedos assentadas acima da linha do frontão; pequenos óculos polilobulados ou circulares dispostos nestes apoios, abaixo das torres, bem como nos eixos centrais dos frontões; proporções equilibradas das fachadas, especialmente na relação frontispício, torres e frontão – nem muito horizontais, nem muito verticais (Figuras 14-15).

Para além desta proximidade com os templos soteropolitanos, a Igreja Matriz de Santiago do Iguape – tanto em relação ao seu agenciamento espacial quanto no que tange ao tratamento das frontarias, sempre de duas torres, também guarda impressionantes semelhanças tipológicas e compositivas com inúmeras capelas de engenhos sergipanos da segunda metade do século XVIII e de inícios do XIX (Baeta, Pina Neto, 2022). Na verdade, são todos monumentos voltados ao poder da cultura do açúcar e à religiosidade local, que tinham como referência a arquitetura que se fazia, na ocasião, na sede da capitania (Figura 16).



Figura 15. Comparativo entre as fachadas da Igreja do Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão de Salvador (à esquerda), e da Matriz de Santiago do Iguape (à direita). As proporções da Igreja do Iguape são ainda mais harmônicas e equilibradas que as do Boqueirão.

Fonte: Igreja do Boqueirão: Paul R. Burley (2018). Licença CC BY-SA 4.0.

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja_de_Nossa_Senhora_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_do_Boqueir%C3%A3o_Facade_2018-1413.jpg

Igreja Matriz de Santiago do Iguape: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2025.



Figura 16. Fachadas da Capela de Nossa Senhora da Conceição do antigo Engenho Penha, em Riachuelo, Sergipe (à esquerda), iniciada em 1795, e da Capela do Engenho do Colégio Tejupeba, em Itaporanga d’Ajuda, Sergipe (à direita) – reconstruída em finais dos Setecentos. As semelhanças com as igrejas de irmandade soteropolitanas do último quartel do século XVIII e com a Matriz de Santiago do Iguape são indiscutíveis. Fonte: Fotografias de Reginaldo Pina Neto, 2020.

Ora, as igrejas das irmandades e alguns templos paroquiais foram as grandes expressões da arquitetura religiosa da Capitania da Bahia a partir de meados do século XVIII. Nada mais natural que os senhores de engenho baianos, que financiaram a Igreja Matriz de Santiago do Iguape, bem como aqueles que se dirigiram ao território sergipano, levassem a *expertise* arquitetônica da capital para a zona rural (através do trânsito de engenheiros, mestres construtores, artistas, artífices que acorreram para estas áreas). Estas igrejas compactuam com o juízo barroco de exaltação do poder, da força econômica e cultural dos grandes complexos açucareiros de finais do século XVIII e início do XIX (Figuras 17-18).



Figura 17. Capela de Nossa Senhora de Nazaré do Engenho Itaperoá, na zona rural de São Cristóvão, Sergipe (à esquerda) e Capela do Engenho Colégio Tejupeba, em Itaporanga d’Ajuda, Sergipe (à direita). Fonte: Fotografias de Reginaldo Pina Neto, 2020.



Figura 18. Fachada da Capela de Nossa Senhora de Nazaré do Engenho Itaperoá, na zona rural de São Cristóvão, Sergipe (à esquerda) e Capela de Nossa Senhora da Conceição do antigo Engenho Penha, em Riachuelo, Sergipe (à direita). Fonte: Fotografias de Reginaldo Pina Neto, 2020.

No que se refere aos elementos de linguagem arquitetônica e decorativa da Matriz do Iguape, podemos detectar soluções de extrema engenhosidade e erudição, o que confirma o debate travado acima.

Como já foi mencionado, o corpo central da fachada possui plano simétrico com marcações verticais e cunhais em cantaria de arenito acompanhando os limites laterais das torres, desde o chão. Esta é uma solução repetidas inúmeras vezes em dezena de igrejas baianas coloniais e que tem a riqueza de oferecer um eficaz enquadramento para o frontispício. Os cinco vãos que compõem a parte inferior da fachada são fechados com portas de madeira almofadadas, sobrepostas por igual número de vãos de janelas cerradas com folhas de madeira do tipo calha, ao nível do antigo coro; todas elas possuem ombreiras e vergas ornadas em baixo-relevo com moldura e decoração de guirlandas em arenito. As cercaduras das dez portas e janelas, construídas em cantaria, tem vergas em arco abatido, com as extremidades finalizadas em movimentos caprichosos e animados, com linhas sinuosas formadas por pequenas curvas côncavas e convexas. Para além disso, os dez vãos apresentam sobrevergas trabalhadas, também em arenito, em baixos-relevos com contornos sinuosos e muito refinados, que avançam pela parte superior curva das ombreiras. Os ornatos em baixo-relevo também se fazem presentes na base das ombreiras das portas no pavimento térreo, e abaixo das marcações inferiores das molduras das janelas do coro. A portada central possui maior altura e é encimada por um medalhão com as insígnias de São Thiago (Figura 19-21).

O coroamento das torres em perfil bulboso (Figura 22) – definido por Lúcio Costa como “simples corolário barroco” (Costa, 1978, p. 47) – com revestimento de embrechados de influência portuguesa, constitui outra característica do templo que estabelece o aspecto artesanal e popular da arquitetura religiosa baiana.



Figura 19. Detalhe do segundo nível (coro) do frontispício da Matriz de Santiago do Iguape. Reparar as curvas caprichosas das vergas das janelas e o trabalho decorativo de baixo relevo das sobrevergas, ombreiras e peitoril. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 20. Detalhe do Primeiro nível (nave) do frontispício da Matriz de Santiago do Iguape. Reparar as curvas caprichosas das vergas das portas e o trabalho decorativo de baixo relevo das sobrevergas e ombreiras. Destaque também para o coroamento das dos painéis decorativos em arenito (hoje caiados) das sobrevergas com frontões curvos. Também interessante é a tangência do frontão curvo da abertura principal com a decoração abaixo do peitoril da janela central. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 21. Detalhe dos níveis de acesso e do coro da fachada da Matriz de Santiago do Iguape.
Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2025.



Figura 22. Detalhes do arremate das torres (com cobertura bulbosa) e do frontão da Igreja Matriz de Santiago do Iguape. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.

As fachadas laterais, que originalmente não tiveram as paredes rebocadas e pintadas, se apresentam atualmente com tais acabamentos (fruto de uma discutível intervenção do início dos anos 1980), ainda que desgastados (Figuras 23-24). Os vãos, também em arco abatido, possuem o mesmo detalhe nas extremidades, porém são desprovidos de decoração e encontram-se sem as esquadrias em quase todo o pavimento superior. No pavimento inferior as portas possuem modelo almofadado com decoração floral em talha de madeira e as janelas são do tipo almofadadas simples. Em ambas as fachadas, a continuidade da cimalha é interrompida na interseção entre corredores e salas laterais (na altura da capela-mor), criando uma diferença de altura na cobertura e destacando duas texturas separadas por uma linha vertical que evidencia a descontinuidade das paredes.

Embora não tenha sido encontrado registros referentes ao processo de construção do templo, tal informação sugere ter ocorrido a ampliação do volume posterior, com cobertura mais baixa, numa segunda etapa da obra. Outra possibilidade seria fato do cunhal originalmente projetado para marcar essa diferença de altura nunca ter sido executado.

A fachada posterior que compreende, em toda a sua extensão, a sacristia, apresenta a mesma configuração de acabamento das paredes laterais, uma vez que também esteve sem o reboco e a pintura até muito recentemente. Os vãos, de mesmo modelo dos demais, também são desprovidos de molduras ou ornamentos, possuindo, porém, as esquadrias, embora as superiores estejam seriamente danificadas. Nas janelas de sacada do pavimento inferior nota-se a ausência do gradil nas bacias em arenito. Nessa fachada podemos identificar um vão livre abaixo do nível do primeiro pavimento; aparentemente um porão de ventilação, que teria a função de elevar o madeiramento do piso da sacristia da umidade e promover circulação de ar por baixo das tábuas (Corona; Lemos, 1972).



Figura 23: Fotografia do acervo do IPHAN (1958) mostrando a Igreja Matriz de Santiago do Iguape com sua fachada principal rebocada, mas sua fachada lateral direita sem acabamento. Na verdade, as fachadas laterais e de fundo, até pouco tempo, expunham toda a alvenaria portante em seu estado bruto, nunca tendo sido rebocadas e pintadas. Fonte: Acervo do IPHAN, 1958.



Figura 24: Em 1982 o IPHAN autorizou obras de revestimentos das fachadas – decisão que nos parece equivocada: historicamente as fachadas nunca haviam sido rebocadas, outro aspecto interessante e singular do templo. Esta fotografia mostra a fachada lateral esquerda com seu acabamento e pintura – já bastante desgastados na altura dos corredores laterais. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.

Perdas e acréscimos

A trama tipológica do edifício, que se caracteriza pelo partido retangular de nave única e plano simétrico, tem na frontaria o seu aspecto mais preservado, devido principalmente à ausência de intervenções que viessem a alterar seu estilo. A parte interna, por sua vez, como resultado de intervenções, desmoronamentos e prováveis saques é a mais desconfigurada. Detalhamos abaixo as perdas ou ausências principais.

Na entrada da nave da igreja, voltada para o poente (noroeste), sente-se a ausência do coro alto – provavelmente arruinado, pois ainda é possível localizar a marcação da sua antiga estrutura. Também na altura do que seria o piso superior do coro aparecem, fechadas em alvearia e rebocadas, as duas portas laterais, distribuídas em cada lado do mezzanino, que dariam acesso às torres e, conseqüentemente, às tribunas.

Se perderam os dois altares do cruzeiro e os dois altares laterais, havendo no local apenas pequenos consolos e nichos para apoio das imagens remanescentes (Figura 25). Dos bens integrados da nave, restaram unicamente a pia batismal e duas pequenas pias de água benta em pedra, dispostas de forma simétrica, estando uma delas quebrada.

As quatro portas de acesso da nave aos corredores laterais também foram fechadas com alvenaria e rebocadas, mantendo seus vãos demarcados. Nas paredes laterais estão localizados, simetricamente, os dois púlpitos e as oito tribunas, todos com os vãos abertos e os gradis originais, não existindo mais as lajes de berço, já arruinadas. Toda a pavimentação desse ambiente foi desconfigurada, sendo mantida apenas uma das lápides próxima ao arco cruzeiro.

A capela-mor, de menor largura e altura, separada da nave por um inusitado arco do cruzeiro trilobado, possui o piso original em mármore e a escada do presbitério em lioz. No nível superior encontram-se três tribunas de cada lado, sendo cada uma delas encimada por um óculo de formato circular abertos entre as antigas lunetas, em forma de ogiva, do forro original. De fato, é

claramente perceptível a ausência da abóbada falsa de madeira que antes cobria toda a capela-mor. Era uma engenhosa abóbada de berço perfurada transversalmente por lunetas de corte ogival que permitiam que as partes superiores das paredes da capela-mor se abrissem em óculos circulares acima do telhado das tribunas. Hoje resta o contorno rebocado das lunetas ogivais onde se abriam os óculos, em contraste com o resto do plano superior do muro sem acabamento – pois ficava oculto, por baixo do forro da abóbada (Figuras 26-27). Todos os bens integrados desse espaço foram perdidos, restando apenas parte dos azulejos que anteriormente formavam um painel de cerca de três metros de altura.

A sala e o corredor lateral direito do templo, juntamente com as torres, constituem os trechos mais degradados da edificação, pois ainda possuem a alvenaria no seu estado bruto, sem nenhum tipo de acabamento (Figura 28). Devido à ausência das esquadrias superiores, estão mais expostos a incidência das chuvas que atacam esta fachada do edifício. O corredor lateral está interditado devido ao acúmulo de materiais das demolições que ocorreram no edifício. Já a sala lateral funciona como depósito de andores e outras peças utilizadas em dias festivos. Estes ambientes apresentam uma interessante espacialidade, ao mesmo tempo monumental e rústica, pelo fato de possuírem pé-direito duplo (em função da ausência do piso das tribunas) e de exporem a expressiva alvenaria bruta.

O setor lateral esquerdo do templo, por sua vez, é o local mais utilizado do ponto de vista operacional da igreja. Com exceção do trecho abaixo da torre, toda a área possui a parede rebocada até a altura do primeiro pavimento, onde é possível visualizar a marcação dos barrotes do antigo assoalho arruinado. Na sala lateral, onde acontecem as reuniões com a comunidade, existia originalmente a escada de acesso a esse pavimento. Atualmente é possível visualizar apenas as portas que interligavam a sala ao piso superior da sacristia.

O corredor lateral esquerdo é o ambiente onde ocorreram mais intervenções para adaptação ao uso do edifício¹². Ali foram construídos um sanitário e um depósito, separando esse espaço do trecho abaixo da torre. Nesse local, onde funciona a secretaria da paróquia, algumas peças de apoio do assoalho original, já apodrecidas, estão sendo substituídas por novas e um novo assoalho está sendo instalado para proteger os usuários da ação de pombos e outros animais.

A grandiosa sacristia, que ocupa, de forma transversal, toda a parte posterior do templo, pode ser acessada pelas duas salas laterais e constitui o espaço menos desconfigurado do edifício, mantendo ainda o piso original e a presença de todas as esquadrias. Da mesma forma que outros cômodos do piso inferior, ela se apresenta hoje com o pé-direito duplo por conta do arruinamento do piso do consistório. Por sinal, todas as quatro paredes superiores da antiga sala da mesa não possuem reboco, expondo, acima das paredes rebocadas da “parte baixa” da sacristia, a alvenaria original em estado bruto (Figura 29). Dos bens integrados existentes nesse espaço, restou apenas o lavabo em pedra de Lioz e a moldura em estilo Neoclássico de um dos nichos em arco pleno. Todo o imponente mobiliário, como o “grande arcaz de jacarandá com 18 gavetas com 2 puxadores de bronze cada uma”¹³, além da rica custódia e as imagens sacras, foram saqueados ou deteriorados pela ação do tempo.

Do segundo pavimento em assoalho de madeira projetado originalmente em todo o perímetro em volta da nave e da capela-mor, só restaram alguns barrotes, já em estado de deterioração, ou, quando inexistentes, a marcação do seu engaste na alvenaria.

¹² Todas essas recentes adaptações estão sendo executadas com verbas da paróquia e sem o acompanhamento do órgão de fiscalização que salvaguarda o monumento, o Iphan.

¹³ Descrição de Jair Brandão no primeiro parecer da solicitação do processo de tombamento.



Figura 25. Nave e capela-mor da Matriz de Santiago do Iguape, quase totalmente desprovidas dos bens integrados, gradativamente arruinados ou saqueados: altar-mor, retábulos do cruzeiro e retábulos laterais, púlpitos, coro, etc – todos elementos desaparecidos. Destaque para o arco do cruzeiro trilobado, solução bastante incomum na arquitetura religiosa brasileira. Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2025.



Figura 26. Detalhe do alto de uma das paredes laterais da capela-mor. Os contornos rebocados da parede – abertos com óculos circulares, em contraste com a alvenaria bruta ao lado – revelam as marcações de onde chegavam as lunetas ogivais que perfuravam a antiga abóbada de berço falsa de madeira, que cobria o ambiente do presbitério – forro hoje perdido. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.

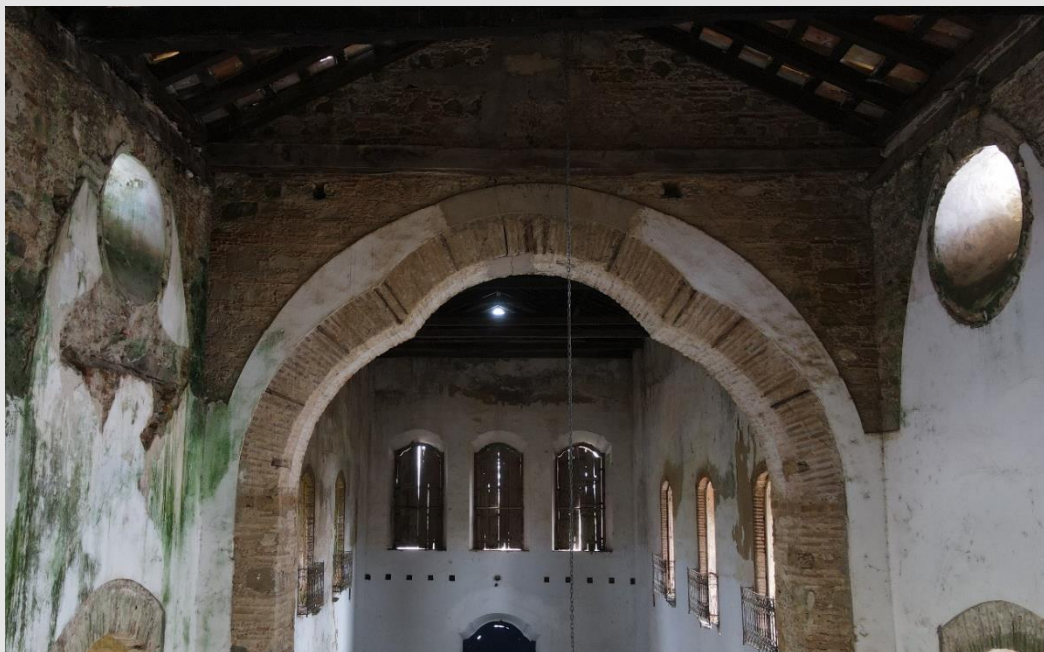


Figura 27. Fotografia elevada de drone, voltada para o fundo da igreja, mostrando: o arco do cruzeiro trilobado, sem seu acabamento de pedra ou de madeira; ao fundo, a ausência do coro, com destaque para a marcação de sua antiga estrutura abaixo das três janelas do frontispício que se abriam ao coro; acima, na capela-mor, nota-se as marcações das lunetas oriundas da antiga abóbada de madeira, bem como os vãos circulares dos óculos. Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 28. Sala lateral direita. Corredor lateral mais largo que acompanha a capela-mor. Percebe-se a ausência completa de reboco, expondo a alvenaria bruta. Também é possível notar a perda do piso das tribunas.



Co

Figura 29. Sacristia. É possível notar, no pé-direito duplo do espaço, a perda do piso da sala do consistório – nível que aparece em alvenaria bruta (sem reboco). Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2025

É tocante como a unidade arquitetônica da Igreja Matriz de Santiago do Iguape exibe soluções tipológicas, compositivas, volumétricas, formais, espaciais que muito se aproximam de uma série de igrejas paroquiais e de irmandades da Salvador colonial – assim como acontece com um conjunto significativo de capelas de engenho sergipanas levantadas no mesmo período. Esta constatação evidencia a indiscutível influência cultural e econômica que Salvador detinha no último quartel do século XVIII, como referência política e cultural para a classe dominante rural – em relação aos centros econômicos açucareiros, que viriam a bancar a construção da Matriz de Santiago do Iguape e as capelas rurais sergipanas.

Enquanto as igrejas paroquiais e de irmandade de Salvador despontavam como expressivos acontecimentos cenográficos lançados no denso núcleo urbano barroco, a transposição contemporânea de seu esquema compositivo para as capelas sergipanas confirma a importância que a arquitetura religiosa acolhia para a constituição da paisagem dramática da zona rural – e a monumentalidade e o caráter erudito da composição da Matriz de Santiago desvela, em sua sublime e dramática implantação nas margens do rio, o desejo de exaltação do poder dos senhores de engenho do Iguape.

A partir da abolição da escravidão uma reviravolta completa se dá no usufruto da Igreja Matriz. A sede paroquial passa a atender, prioritariamente, as comunidades quilombolas locais – povoados como o de Santiago do Iguape e o de São Francisco do Paraguaçu, entre tantas outras comunidades negras da região da Baía do Iguape. São estes grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural – descendentes daqueles escravizados que trabalhavam nos antigos e abandonados engenhos de açúcar –, que usufruem, apoiam e sustentam a Freguesia e a Igreja Matriz de Santiago do Iguape.

Assim, a Igreja Matriz de Santiago está diretamente relacionada à ocupação da área da Baía do Iguape enquanto território precursor e impulsionador da cultura miscigenada que se perpetuou por todo Recôncavo Baiano. A sua importância, enquanto exemplar de arquitetura monumental das

igrejas setecentistas da Bahia, a remete a um Brasil colonial com características fortemente arraigadas no acolhimento da poética do Barroco e do Rococó. No entanto, o seu percurso histórico também diz respeito ao passado de uma terra onde valores católicos, indígenas e africanos foram responsáveis pela formação de uma grande riqueza: a cultura e originalidade de uma comunidade construída com base na sua resistência; que hoje se apropriou e protege este magnífico e singular monumento religioso do Brasil colonial (Figuras 30-31).



Figura 30. Igreja Matriz de Santiago de Iguape e sua comunidade, vistas desde a Baía do Iguape.
Fonte: Imagem de drone capturada por Lucas Alves Ribeiro, 2024.



Figura 31: A Baía do Iguape capturada na hora do pôr do sol – com destaque para os barcos dos pescadores da comunidade em primeiro plano, e os manguezais da outra margem ao fundo.
Fonte: Fotografia de Jamile Lima, 2024.

Recebido em: 10/022/25 - Aceito em: 20/03/25

Referências

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Açúcar amargo: arquitetura e arqueologia industrial do século XVI ao XIX*. Salvador: EDUFBA, 2021.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Engenhos do Recôncavo baiano*. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2009.

AZEVEDO, Paulo Ormino. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (orgs.). *Baía de todos os santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011.

BAETA, Rodrigo e PINA NETO, Reginaldo. O conjunto de capelas de engenho sergipanas do final do período colonial: ecos tipológicos e compositivos das igrejas de irmandade da cidade de Salvador. In: *Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Volume I: Oficinas e Sessões Livres. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2022.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – vol.III – 2ª parte*. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1982.

BARICKMAN, B.J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia, Salvador*, n. 29-30, 2003.

BAZIN, Germain. *A arquitetura Religiosa Barroca no Brasil - volume 1*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1956.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART, 1972.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura Jesuítica no Brasil. In: *Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978.

FREGUESIA DE SANTIAGO DO IGUAPE. *Livro do Tombo da Matriz de Santiago do Iguape*. Cachoeira, 1915.

GOVERNO Federal. *Igreja Matriz Santiago do Iguape*. Acervo digital, IPHAN. <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover> Acesso em: 5 set. 2023.

MARTÍNEZ, Socorro Targino. *Bahia: signos da fé*. Salvador / Barcelona: Fundação casa de Jorge Amado, Bustamante Editoras, Coelba, 1997.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991, p. 17-30.

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536-1888*. Salvador: BIGRAF, 1996, p. 53-63.

SAIA, Luís. O Alpendre nas Capelas Brasileiras. In: *Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 131-133